

Projeto Primeiro Passo:

uma alternativa de inclusão social através do primeiro emprego para juventude de Fortaleza CE.

Henrique Sérgio Alves Simplício

Mestre em Planejamento em Políticas Públicas - UECE

Francisca Rejane Bezerra Andrade

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UECE

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a promoção da inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de competências sociais e profissionais voltadas para o mercado de trabalho, como resultado de sua participação no Projeto Primeiro Passo, na linha de ação Jovem Estagiário. Procurou-se, ainda, analisar a complexa relação entre o jovem e o emprego; compreender o impacto sua formação profissional para o desenvolvimento de competências técnicas e comunicativas. Observou-se que durante o crescimento industrial e econômico do Brasil entre os anos 1930 a 1980, o emprego formal entre os jovens cresceu, entretanto, nos períodos de crise tanto o desemprego global quanto dos jovens aumenta. Objetivando a diminuição do desemprego juvenil o Governo Federal, lançou um Programa de Incentivo ao Primeiro Emprego (PNPE) em 2003, este programa não surtiu o efeito desejado, mesmo assim, vários Estados brasileiros criaram programas semelhantes. No Estado do Ceará em 2007, o Governo do Estado, através da STDS, implantou o Projeto Primeiro Passo. Em nossa pesquisa, chegou-se a duas conclusões: a primeira delas indica que os jovens participantes do Projeto, desenvolvem Competências Técnicas e Sociais capazes de promover seu desenvolvimento profissional e inclusão no mercado de trabalho; e a segunda conclusão é que a quantidade de jovens beneficiados por este programa é pequena e não causa impacto na diminuição do desemprego entre os jovens no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Juventude e trabalho; Desemprego juvenil; Políticas públicas; Projeto primeiro passo.

Abstract

The objective of this article is to analyze the promotion of the social inclusion of young people in situations of vulnerability and social risk through the development of social and professional competences aimed at the labor market as a result of their participation in the First Step Project, in the line of action Young Trainee. We also sought to analyze the complex relationship between youth and employment; understand the impact their professional training for the development of technical and communicative skills. It was observed that during the industrial and economic growth of Brazil between the 1930s and 1980s, formal employment among young people grew, however, in times of crisis both global and youth unemployment increases. With the aim of reducing youth unemployment, the Federal Government launched a First Job Incentive Program (PNPE) in 2003, this program did not have the desired effect, yet several Brazilian states have created similar programs. In the State of Ceará in 2007, the State Government, through STDS, implemented the First Step Project. In our research, two conclusions were reached: the first one indicates that the young people participating in the Project develop Technical and Social Competences capable of promoting their professional development and inclusion in the labor market; and the second conclusion is that the number of young people benefited by this program is small and has no impact on reducing unemployment among young people in the State of Ceará.

Keywords: Youth and work. Youth unemployment. Public policy. Project first. password

Introdução

Este Artigo é resultado de dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, tendo como objeto de pesquisa e análise, o Projeto Primeiro Passo (PPP) em sua linha de ação Jovem Estagiário. O PPP é uma política governamental voltada para a capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho, implantada no Estado do Ceará em 2007, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), visando a inclusão de adolescentes e jovens que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social e pertencentes a famílias no Cadastro Único ou beneficiárias do Bolsa Família.

Notadamente a população jovem¹ é uma das mais prejudicadas, quando se trata da ocupação de postos de trabalho, conforme indicam Antunes e Alves:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 339).

Pochmann (2007, p. 103), coloca números para apontar o que estes jovens são prejudicados, “Na média, a cada ano, 1,5 milhão de pessoas foram adicionalmente incorporadas ao mercado de trabalho, mas apenas 943 mil pessoas tiveram acesso à ocupação.”

Foi Nesse cenário, que o Governo Federal, através da Lei 10.748/03, criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE), sendo posteriormente alterada pela Lei 10.940/04 e regulamentada pelo Decreto 5.199/04. O objetivo, sem dúvidas, era o de minimizar o quadro de desemprego entre os jovens com idades entre 16 e 24 anos, que nunca trabalharam e estavam em situação de desemprego involuntário, com renda familiar inferior a meio salário mínimo, e matriculado na escola pública (BRASIL, 2007).

Ancorados no (PNPE) surgiram os programas estaduais como o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará. Passados oito anos desde a implantação do PPP, colocam-se as seguintes questões: Desde de sua implantação no Estado do Ceará, esse projeto tem promovido a inclusão social de adolescentes e jovens na cidade de Fortaleza, que estavam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social dos jovens participantes da linha ‘Jovem Estagiário’?

¹ A Organização das Nações Unidas define juventude como a faixa de indivíduos com 15 a 24 anos de idade. UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas 2010, p. 23.

Esses jovens foram capazes de desenvolver suas competências sociais e profissionais? E, finalmente, o programa foi capaz de elevar o capital humano na cidade de Fortaleza a partir dos jovens beneficiários do programa nesta linha “Jovem Estagiário”?

A partir destas questões, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo: analisar a promoção da inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade e risco, através do desenvolvimento de competências sociais e profissionais voltadas para o mercado de trabalho, como resultado de sua participação no Projeto Primeiro Passo no segmento ‘jovem estagiário’ na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Enquanto os objetivos específicos foram: 1) identificar a melhoria de renda desses jovens, a partir de sua participação no Projeto Primeiro Passo; 2) analisar a complexa relação entre o jovem e o emprego; compreender o impacto da formação profissional desenvolvida no Projeto Primeiro Passo Jovem Estagiário para o desenvolvimento das competências técnicas, comunicativas e metodológicas do participante.

De acordo com Silva (2014, p. 167) “É inegável que o tema juventude no Brasil já passou a compor preocupação inserida em agenda pública, [...] o governo brasileiro despertou para, [...] o desemprego juvenil”. Desta forma acredita-se que uma maior compreensão das questões acima levantadas, ratifica a importância desta pesquisa tanto nos meios acadêmico e social, uma vez que a inserção destes jovens no mercado de trabalho e o primeiro emprego tornaram-se temas relevantes no Brasil.

Neste sentido, para atingir os objetivos propostos neste estudo procurou-se seguir o caminho traçado por Minayo et.al. (2009, p.46), “espera-se que, para cada objetivo descrito, sejam apresentados métodos e técnicas correspondentes e adequados.” Para tanto, faz-se necessário compreender o ambiente econômico e político em que se vive à partir do surgimento do capitalismo no século XVIII, o mercado de trabalho e suas transformações neste período; a inserção de jovens nesse mercado; o papel da educação na tarefa de qualificação educacional e profissional, capaz de dar aos jovens de baixa renda as competências e habilidades necessárias a sua inserção no concorrido mercado de trabalho; o papel do Estado como mediador entre os interesses dos trabalhadores e dos detentores de capital em tempos de globalização, para se chegar a este entendimento o estudo baseou-se em pesquisas documental e bibliográfica, em seguida de-se a pesquisa de campo, realizada no PPP, linha de Ação Jovem Estagiário.

As transformações no mercado de trabalho

Pode-se dizer que a chamada “Sociedade do Trabalho”, teve seu início na Europa Ocidental do século XVIII à partir da primeira Revolução Industrial e do surgimento do Capitalismo². A vida laboral separou-se da vida doméstica o trabalho foi mecanizado e segmentado em tarefas especializadas. Naquele mesmo período também surgiram duas classes sociais: a burguesia, detentora dos meios de produção industrial, rica e ávida de consumo, e o proletariado, detentor

da mão-de-obra 'explorada', necessária para a produção de bens e serviços. Aproveitando-se daquele momento de mudanças e fragilidade política, a burguesia capitalista apoderou-se do poder na Europa Ocidental para em seguida espalhar seu projeto de produção industrial e livre mercado para o mundo. Naquele momento inicial o Capitalismo impôs aos trabalhadores as mais miseráveis condições de vida e trabalho, obrigando-os a viverem em ambientes imundos, inaptos ao convívio humano e sem condições de higiene e sanitárias.

Estas condições levaram Marx (1991, p.99), afirmar o seguinte: o Capitalismo "mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebros." Aquele cenário desfavorável agiu como mola propulsora para que trabalhadores e massa operária se organizassem e lutassem por seus direitos, dando origem ao embrião das políticas sociais, conforme indica Höfling (2001, p.31), "as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais." A história nos mostra que à partir desta organização os trabalhadores conquistaram paulatinamente direitos sociais, até que no final da II Guerra Mundial em 1945, embasados principalmente nos conceitos de economia defendidos por Keynes³, os países do eixo central do Capitalismo implantaram o chamado 'Estado de Bem Estar Social'⁴.

Além das ideias liberais de Keynes que incluíam equidade e justiça social, foram incorporados naquele projeto os princípios da Administração Científica desenvolvidos por Frederick W. Taylor Engenheiro norteamericano que, ao lado de outros como Grant e Gilberth, desenvolveu técnicas para aumentar a produtividade da empresa, por meio da divisão das tarefas e especialização dos operários e a linha de produção desenvolvida por Henri Ford em sua fábrica de motores e automóveis.

Havia o consenso entre os países industrializados da época que o modelo de produção fordista/taylorista, que exigia oito horas de trabalho por dia, na linha de montagem da fábrica de automóveis ao valor de cinco dólares, seria ideal para aquele novo modelo, ao mesmo tempo, aquele padrão deveria ser extrapolado para todas as empresas da área industrial e, em seguida,

2 Capitalismo é o sistema econômico e social que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, trabalho livre assalariado e acumulação de capital (riqueza). É traduzido em um sistema de mercado baseado na iniciativa privada, racionalização dos meios de produção e exploração de oportunidades de trabalho para efeito de lucro. WWW.filoczar.com.br/Conteudo educacional/Apostilas/Historia/Capitalismo.pdf IF.PE., 2011 . p.01.

3 Keynes, Filho de intelectuais britânicos, o economista e empresário John Maynard Keynes, nasceu em 5 de junho de 1883 na cidade de Cambridge, Inglaterra. Diante do desemprego em massa que assolava as economias capitalistas, Keynes afastou-se da economia ortodoxa, representada pela "Lei de Say", lei segundo a qual não poderia ocorrer "escassez de poder de compra" no sistema econômico. Sua obra mais importante, "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", foi publicada em 1936. A teoria de John Maynard Keynes, que se baseia na intervenção do Estado foi colocada em prática após o fim da II Guerra Mundial, como uma opção para a recuperação dos países defastados pela guerra. Essa corrente é conhecida como Welfare State, Estado de Bem-Estar Social, ou ainda como Keinesianismo. INFOESCOLA, 2016. p.01.

4 Estado de Bem Estar Social, é um modo de organização no qual o Estado se encarrega da promoção social e da economia. Gasparetto, 2016. P.01.

para o setor terciário, conforme aborda Castel (2012, p. 428), “esses métodos vão transpor os locais industriais [...] para se implantarem nos escritórios e nas grandes lojas.” O objetivo era dar ao trabalhador renda e tempo de lazer suficiente para que eles pudessem consumir os produtos que a indústria estava produzindo e, assim, manter o sistema funcionando, gerar mais empregos, mais renda para as famílias e maior acúmulo de capital para as empresas.

O Estado também deveria participar, cabia ao mesmo intervir fortemente na economia, além dos elementos de política monetária e fiscal, deveria incorporar o planejamento da produção industrial, investir em grandes projetos e infraestrutura, gerando emprego e renda para o trabalhador, conforme apontam Trintin e Rossoni (1999, p. 51). “Assim, o Estado toma para si a responsabilidade de garantir o crescimento econômico e incorporar a classe trabalhadora nesse processo, daí gerando seu compromisso com a seguridade social e pleno emprego.”

A junção desses elementos chave, aliados à disposição política e à necessidade de reestruturação do capitalismo, surtiu efeito e deu origem a um período de prosperidade e crescimento econômico, visto que, entre os anos de 1950 e 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu a 4,9% ao ano (Gentili, 2012) e o setor manufatureiro liderou o processo de crescimento. Harvey (1992) destaca que essa união trouxe resultados positivos, sendo capaz de impulsionar o crescimento econômico:

Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. [...] O fordismo se aliou firmemente ao Keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 1992, p. 125).

Aquele período de crescimento econômico ficou conhecido como a ‘Era de Ouro do Capitalismo’ (HOBBSAWM, 1995). Países periféricos como o Brasil não implementaram em sua totalidade o Estado de Bem-Estar Social, no entanto, o Brasil também desfrutou daquele momento de prosperidade da economia mundial e aproveitou para implantar seu projeto de industrialização.

Pochmann (2007, p.43) ratifica o crescimento do emprego formal no Brasil durante o período de ‘ouro’ do capitalismo, ao afirmar que “entre os anos de 1930 e 1980, houve uma forte expansão do emprego assalariado, sobretudo com carteira assinada”, observou-se no Brasil o mesmo fenômeno de outros países os trabalhadores mobilizaram-se e além da expansão do nível de emprego vários benefícios foram agregados aos direitos dos trabalhadores brasileiros, em 1930 foi criado o sistema previdenciário atrelado aos institutos de aposentadorias e pensões e também os Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio (PINHEIRO 2012). Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em 1966; o Sistema Nacional de Emprego, em 1976; e o Seguro Desemprego em 1986 (SERRA 2009).

No entanto, o projeto *fordista/taylorista* e o pensamento de Keynes que suportavam o Estado de Bem-Estar Social, deteriorou-se principalmente a partir dos anos 1960, como aponta Harvey (1992, p. 135), “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do Fordismo e do Keynesianismo conter as contradições inerentes ao capitalismo.” Assim eclodiu a crise do capitalismo dos anos 1970 e o fim do Estado Bem-Estar Social afetando tanto os países centrais do capitalismo como os periféricos.

Em resposta àquela nova crise do capitalismo, ressurge o liberalismo econômico denominado naquele momento de Neoliberalismo ⁵, seus fundamentos são o enfraquecimento do Estado, nenhuma interferência na economia e nenhuma ou pouca proteção aos trabalhadores, pois, de acordo com os defensores dessa ideologia todo o problema era causado pelo Estado de Bem Estar Social, como aponta Anderson (2012, p. 10) “A raízes da crise, afirmavam Hayek, [...] estavam localizadas [...] na pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Ainda de acordo com Anderson (2012) esta ideologia tomou conta do mundo capitalista avançado, na Europa seu principal representante foi a Inglaterra, através da Primeira Ministra Margareth Thatcher, enquanto nos Estados Unidos da América seu representante foi o Presidente Ronald Regan. O Brasil também aderiu este movimento através dos governos: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Embora o componente econômico tenha sido decisivo para as transformações no mercado de trabalho nas últimas décadas do século passado, outros fatores também devem ser considerados, dentre eles encontram-se o desenvolvimento tecnológico e a globalização.

A partir do final dos anos 1950 observou-se nas linhas de montagem das indústrias a substituição de trabalhadores humanos por máquinas e robôs, posteriormente o setor serviços também sofreu a substituição de trabalhadores por máquinas, os caixas eletrônicos dos bancos, as máquinas de refrigerante e as estações de aluguel de bicicletas na cidade de Fortaleza – CE. são exemplos desta mudança.

A globalização diz respeito ao processo pelo qual os países interagem, aproximando pessoas, culturas e processos, permitindo o “livre comércio” de produtos e serviços, para alguns autores a globalização pode ser considerada um fenômeno de aceleração e internacionalização do capital através do comércio de bens e serviços. Segundo Frigotto (2012, p. 41): “a globalização, como mostram vários estudos, na forma que se explicita atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição.” Além dessa quebra de barreiras para venda de produtos, são viabilizadas facilidades para implantação de unidades fabris em qualquer lugar do globo, desta forma os países centrais do Capitalismo controlam os mercados de capital e produtos, assim, seus interesses são representados uma vez que essas empresas exer-

⁵ Neoliberalismo: fenômeno distinto do liberalismo do simples liberalismo clássico, [...] nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Anderson, 2012. p.9

cem, onde quer que estejam, influência política e econômica, conforme observado por Moreira e Kramer (2007):

A expressão refere-se à maciça presença, no mundo de hoje, de instituições transnacionais, cujas decisões interferem nas opções políticas que se fazem no âmbito de qualquer Estado-nação. Designa também o efeito de processos econômicos, entre os quais se incluem processos de produção, consumo, comércio, fluxo de capitais e interdependência monetária (MOREIRA E KRAMER, 2007, p.1039).

Conforme descrito anteriormente a conjunção destes fatores, afetaram o mercado de trabalho de forma profunda e quase irreversível, como apontam vários estudiosos deste tema, Para Antunes (2011, p.23) “Foram tão intensas as modificações, [...] que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*, enquanto Frigotto (2012, p. 41), chamou de vingança do capital, “à perigosa vinculação do capital ao monopólio crescente da tecnologia, permitindo, assim, uma ‘vingança’ do capital contra o trabalho.”

Como resultado deste processo pode-se citar as seguintes transformações no mercado de trabalho: a primeira delas e talvez a mais desastrosa é a diminuição dos postos de trabalho (desemprego) como aponta Rifkin (2001, p.XIX) “hoje, todos os três setores tradicionais da economia – agricultura, indústria e serviços – estão vivenciando deslocamento tecnológico, forçando milhões de trabalhadores para as filas de desemprego.”

A segunda transformação observada é a mudança no profissional que as empresas estão contratando, de perfil técnico e conhecimento de informática para operação de máquinas eletrônicas mais complexas. Isso requer uma formação educacional e profissional mais elaborada e com o desenvolvimento de novas competências.

A terceira transformação diz respeito ao nicho de trabalho que está em alta, segundo Rifkin (2001, p. XIX) “[...], o único novo setor emergente é o setor do conhecimento, formado por uma pequena elite de empreendedores, cientistas, técnicos, programadores de computador, profissionais, educadores e consultores.”

Pode-se dizer que a quarta transformação foi a redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores como aponta Pochmman (2007, p. 09) “de outro lado, são reformuladas as políticas sociais e trabalhistas, com vistas ao rebaixamento ainda maior do padrão de uso e remuneração do trabalho.”

Finalmente Frigotto (2012), através de seu poder de síntese, parece resumir em poucas palavras, as transformações sofridas pelo mercado de trabalho nas últimas décadas da seguinte forma:

A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural – precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada, como mencionamos acima, com a abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, especialmente de forma mais ampla em aproximadamente 20 países. Este processo dá-se pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e da tecnologia (FRIGOTTO, 2012, p. 41).

Pode-se concluir que as transformações ocorridas no mercado de trabalho no final do século XX e início do século XXI, são decorrentes da instabilidade política e econômica das últimas décadas, do desenvolvimento tecnológico e do sempre presente desejo de aumento da taxa de acumulação de capital. Neste contexto complexo estão inseridos os jovens e seu desejo ou necessidade de adentrar no mercado de trabalho.

Políticas públicas de primeiro emprego no Brasil

Conforme apontado por Fleury (1994), a intervenção do Estado por meio de políticas públicas faz-se necessária, uma vez que o mercado é incapaz de resolver os problemas criados pelo capitalismo, principalmente, na esfera da reprodução humana.

Um desses problemas, conforme citado anteriormente, é a inserção de jovens no mercado de trabalho, principalmente daqueles que pertencem a famílias de baixa renda e que, geralmente, possuem baixo nível educacional e ‘qualificação’ deficitária, para o padrão exigido pelo mercado. De acordo com estudos da Organização das Nações Unidas (ONU, 2013, p. 15): “Em todas as regiões, jovens são desproporcionalmente afetados pelo desemprego, subemprego, emprego vulnerável e pobreza a partir do trabalho”.

O Brasil não é uma exceção a essa regra, observando-se que o jovem brasileiro, assim como outros segmentos da sociedade, receberam menor atenção do Estado, como afirma Silva (2014, p. 167): “o governo brasileiro despertou para a existência de problemas que afetavam os jovens [...] no final do século XX e início do século XXI, o desemprego juvenil e o realce dado aos processos de exclusão provocaram o surgimento novas ações [...] do Estado.”

Ainda segundo a autora, em 2002, ao final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, existiam 33 programas federais voltados para a juventude, no entanto, ainda não havia uma política clara para a juventude, principalmente no que diz respeito ao emprego e à inclusão social. No entanto, embora existissem todos aqueles programas, não havia ainda, uma política pública nacional que fosse voltada para o jovem com foco no trabalho e emprego. Um projeto ou

programa nesse nível mais abrangente somente foi conhecido durante a campanha eleitoral de 2002, para Presidente de República, através do então candidato Luís Inácio Lula da Silva.

Entre os anos de 2003 e 2014, o Brasil quebrou o ciclo de desemprego e baixo crescimento econômico, chegando próximo ao que os economistas chamam de pleno emprego⁶, no entanto, o desemprego entre os jovens⁷ permaneceu elevado, porém desde o início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, foi implantada uma política pública de combate ao desemprego juvenil tratava-se do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), e oficializado através da Lei nº 10.748/03 em outubro daquele ano. O PNPE deveria agir em duas frentes: garantir a escolaridade do participante e também aumentar a renda das famílias.

A criação do PNPE gerou, tanto para o Governo Federal quanto para parte da população e da sociedade civil organizada, uma forte expectativa de diminuição da taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos, o que seria possível através da geração de um maior número de postos de trabalho direcionados ao primeiro emprego. Entretanto, aquela expectativa não se concretizou, estudos posteriores indicaram uma baixa adesão das empresas ao programa, frustrando, assim, a criação de um maior número de vagas de trabalho, cuja consequência foi um baixo impacto na diminuição do desemprego entre os jovens.

Alguns autores chamaram a atenção para este fato, Bastos (2009) chama a atenção para estudo realizado por Ribeiro e Juliano (2005), que utilizaram como base a PNAD do IBGE de 2003 e identificaram que 1,271 milhão de jovens somente das áreas urbanas preencheriam os critérios de habilitação do Programa; no entanto, a meta do Governo Federal era atender 80 mil jovens em 2004, uma vez que a taxa de desemprego entre os jovens era de 21,5% e, ao final do ano de 2004 caiu para 21,0%. Assim, Bastos (op. cit.) conclui que o PNPE teria, naquele ano, um impacto de pequeno alcance.

Ribeiro e Juliano (2005) ainda fazem alusão às altas taxas de desemprego dos anos de 1980 a 1990, indicando que o desemprego, segundo pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, chegou a 9,6% em 1999. Taxas elevadas de desemprego aberto representam para os trabalhadores diminuição de postos de trabalho e 'arrocho' salarial. Nessas condições, Ribeiro e Juliano (2005, p. 48) declaram que: "a elevação da taxa de desemprego aberto é uma problemática que alcança diversos países desenvolvidos, sendo que o grupo etário mais fortemente atingido é composto por jovens."

6 Pleno emprego: De um modo geral, pleno emprego pode significar que em determinado momento a população economicamente ativa realiza o volume de atividade máxima que é capaz de realizar e pode dizer-se que o pleno emprego se traduz numa situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho procura de ocupação e encontra. O conceito de pleno emprego, em economia, tem como base uma situação em que não existe qualquer forma de desperdício, seja do capital ou do trabalho. O pleno emprego significa a utilização da capacidade máxima de produção de uma sociedade e, evidentemente, deve ser utilizada para elevar a qualidade de vida da população. (Kon, 2012, p. 8)

7 Jovem: Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde OPS/ OMS), juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. (Silva e Silva, 2011, p. 664).

Desta forma, Ribeiro e Juliano (2005), além de concordarem com Bastos (2009) que a taxa de desemprego juvenil, em grande parte, é consequência da taxa de desemprego global, apontam algumas especificidades para esse fenômeno tais como: a baixa escolaridade de grande parte dos jovens, aliada a baixa oferta de qualificação para estes; na década de 1990 muitos jovens deixaram de procurar emprego para se qualificarem melhor; em períodos de crise como os anos 1990 os jovens são os primeiros a serem demitidos e numa recuperação econômica são os últimos a serem contratados; a inserção de jovens no mercado de trabalho requer um período prolongado de crescimento e estabilidade econômica; mudanças tecnológicas geralmente eliminam postos de trabalho.

Portanto, na busca por melhores resultados para o desemprego juvenil e tomando por base, a política de primeiro emprego implementada pelo Governo Federal, vários estados brasileiros procuraram desenvolver sua própria política de primeiro emprego, no caso do estado do Ceará foi implantado o Projeto Primeiro Passo no ano de 2007.

Implantação do Projeto Primeiro Passo no Estado do Ceará

O Projeto Primeiro Passo recebeu esta denominação em 2007, durante o primeiro mandato do Governador Cid Ferreira Gomes, sendo uma das ações de políticas públicas para a juventude, desenvolvida através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), criando oportunidades voltadas à cidadania e à inclusão social e profissional. De acordo com Nóbrega (2008), o Projeto Primeiro Passo foi criado com os seguintes objetivos:

Promover a inclusão social de adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, pertencentes a famílias registradas no Cadastro Único ou beneficiadas com o Programa Bolsa-Família, viabilizando o desenvolvimento de suas competências sociais e profissionais, contribuindo para a elevação do capital humano e social do Estado e para a ampliação de suas oportunidades de inserção no mundo do trabalho (NÓBREGA, 2008, p. 09).

O público alvo do Projeto Primeiro Passo é formado por jovens de 16 a 24 anos, alunos do Ensino Fundamental ou Médio de escolas públicas, com renda per capita familiar de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e egressos de medidas socioeducativas, priorizando aqueles que apresentarem o maior número de caracteres de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Atualmente, o Projeto Primeiro Passo conta com cinco linhas de ação: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário, Estágio Remu-

nerado, Jovem Bolsista e Empreendedor Juvenil:

A linha de ação Jovem Aprendiz tem como objetivo proporcionar ao adolescente a aprendizagem, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico/profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, estagiando em empresas públicas ou privadas.

O público alvo dessa linha são estudantes da 3ª. Série do ensino médio ou que já o tenham concluído. Esses jovens são qualificados através de formação técnico/profissional e, simultaneamente, inseridos em empresas privadas, com duração de 11 (onze) meses. Os jovens recebem do Projeto: fardamento, lanche e material didático. Sua remuneração ficará a cargo da empresa em que estiver atuando como aprendiz. Esse procedimento está de acordo com a lei de aprendizagem nº. 10.097/2000 e atualizada em 2005 (CEARÁ/STDS, 2015).

A linha de ação Jovem Estagiário, de acordo com Nóbrega (2008), tem como objetivo:

Possibilitar aos adolescentes e jovens a inserção nas atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, proporcionadas pela participação em situações reais de trabalho, estagiando em empresas públicas ou privadas (NÓBREGA 2008, p.11).

Observa-se que, nessa linha, os estudantes estão divididos em dois grupos:

- O primeiro grupo são os estudantes da 1ª. e 2ª. Séries do ensino médio, que podem ser encaminhados para a realização de estágio em instituições públicas e privadas, com duração de 01 (um) ano. Os jovens recebem fardamento do Projeto, enquanto sua remuneração é fornecida pela instituição que recrutou o jovem, conforme lei do estágio (11.788/2008).
- O segundo grupo é constituído por estudantes do 3º. Ano do ensino médio, encaminhados para realização de estágio em empresas privadas, com duração de 06 (seis) meses, que recebem fardamento do projeto e são remunerados pelo Governo do Estado do Ceará, conforme lei do estágio (11.788/2008).

A terceira linha de ação do Projeto é a de Estágio Remunerado, que atende a estudantes da 3ª série do ensino médio, encaminhados para realização de Estágio em instituições públicas e privadas, com duração de 06 (seis) meses. Os jovens recebem fardamento do Projeto e são remunerados pelo Governo do Estado. (Lei do Estágio nº 11.788/2008).

A quarta linha de linha de ação do Projeto Primeiro Passo é de Jovem Bolsista, que tem como objetivo: proporcionar ao adolescente ação de capacitação profissional e social, oportunizando a inserção ao mercado de trabalho. Essa linha de ação é direcionada aos estudantes das 8ª

e 9ª séries do ensino fundamental, 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, EJA III e IV, que participam de cursos de iniciação profissional, com a duração de 05 (cinco) meses. Esses jovens recebem do projeto: bolsa capacitação, fardamento, lanche e material didático.

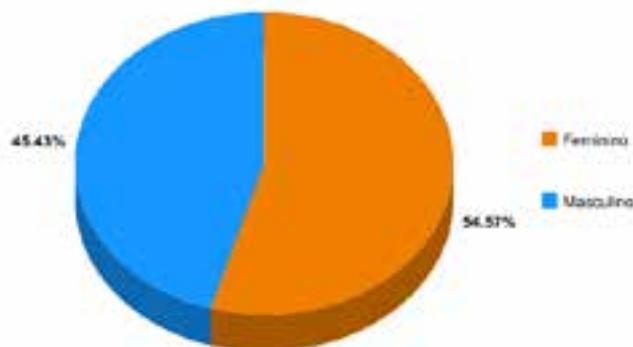
A quinta linha de ação do Projeto Primeiro Passo e a mais recente é a de Empreendedor Juvenil, formada por estudantes egressos da escola pública, a partir de 18 anos, que participam de curso EAD semipresencial, em Empreendedorismo, com duração de 140 horas. Os jovens cujos planos de negócios foram selecionados, participarão de etapas complementares que incluem: aprimoramento do Plano de Negócio; encaminhamento às instituições de microcrédito e assistência técnica gerencial.

A situação de parte dos jovens beneficiários do Projeto Primeiro Passo egressos no ano 2015 na linha de ação Jovem Estagiário no município de Fortaleza

Considera-se indicar alguns aspectos importantes encontrados durante a pesquisa de campo neste trabalho, a seguir serão apresentados alguns destes resultados e suas respectivas considerações.

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito a distribuição de gênero dos participantes, conforme descrito no gráfico 01.

Gráfico 1 - Jovens estagiários pesquisados de acordo com o Gênero



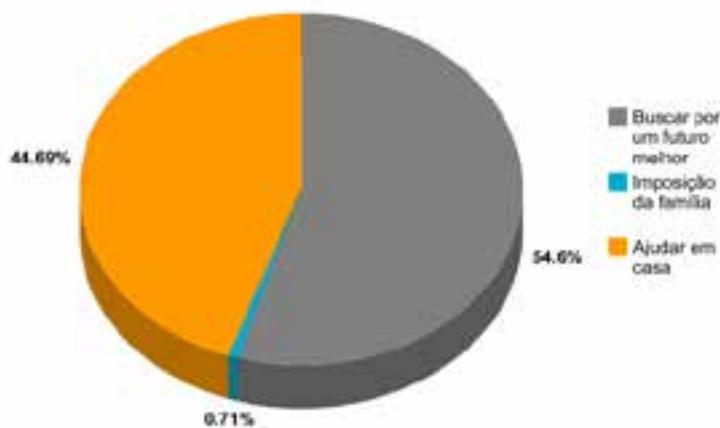
Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Observa-se que há predominância do gênero feminino, pode-se dizer que a maior razão para essa diferença não é decorrente simplesmente da população de cada gênero, mas de um processo social em desenvolvimento no Brasil e no mundo, como apontam Bruschini e Lombardi (2001):

Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. [...] Na década de 90 tais transformações demográficas se consolidam, provocando a transformação da população brasileira e de suas famílias: a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos, em 1970, para 2,3 filhos em 1999. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001, p. 162).

O gráfico 2 aponta as principais razões pelas quais os jovens beneficiários do PPP saíram a procura de uma ocupação profissional que lhes proporcionasse algum tipo de renda.

Gráfico 2 - Principal razão para os jovens participantes do PPP buscarem um trabalho.

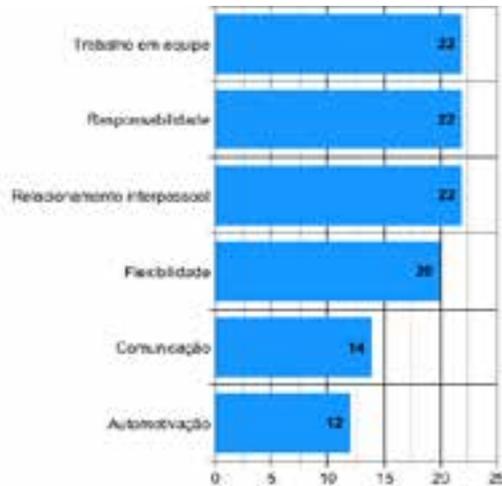


Fonte: Pesquisa direta, 2015.

A razão para prevalência destes três fatores é apontada por Pochmann (2007, p. 13) “Isso se deve, em grande medida, ao fato de que prevalecem no país intensas desigualdades econômicas e sociais.” O autor aponta, ainda, que “o ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho numa possível trajetória profissional.” Esse fato é preocupante, uma vez que, segundo o autor, no Brasil, a cada dez jovens sete são ativos no mercado de trabalho enquanto nos países desenvolvidos apenas um jovem entre dez é ativo.

Através do gráfico 3 (três) são identificadas as competências sociais mais utilizadas pelos 22 jovens pesquisados durante seu período como Estagiário nas respectivas empresas:

Gráfico 3 - Competências sociais desenvolvidas de acordo com jovens estagiários.



Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Observa-se que as atividades realizadas pelos jovens em suas respectivas funções, nas empresas em que cada um deles foi encaminhado, tendem a favorecer o desenvolvimento de competências sociais. Percebe-se, também, que duas dessas competências apresentam um nível médio de desenvolvimento, que são: a automotivação e a comunicação. Uma parcela dos jovens, ao serem entrevistados quanto à automotivação, indicaram que ao enfrentarem dificuldades no trabalho tendem a desanimar com facilidade, enquanto que em relação à comunicação, suas dificuldades residem principalmente no falar em público ou apresentar-se em um ambiente novo.

Através do gráfico 3 (três) foram identificadas as competências sociais mais utilizadas pelos 22 jovens pesquisados durante seu período como Estagiário nas respectivas empresas:

Gráfico 4 - Competências técnicas desenvolvidas de acordo com os jovens estagiários.

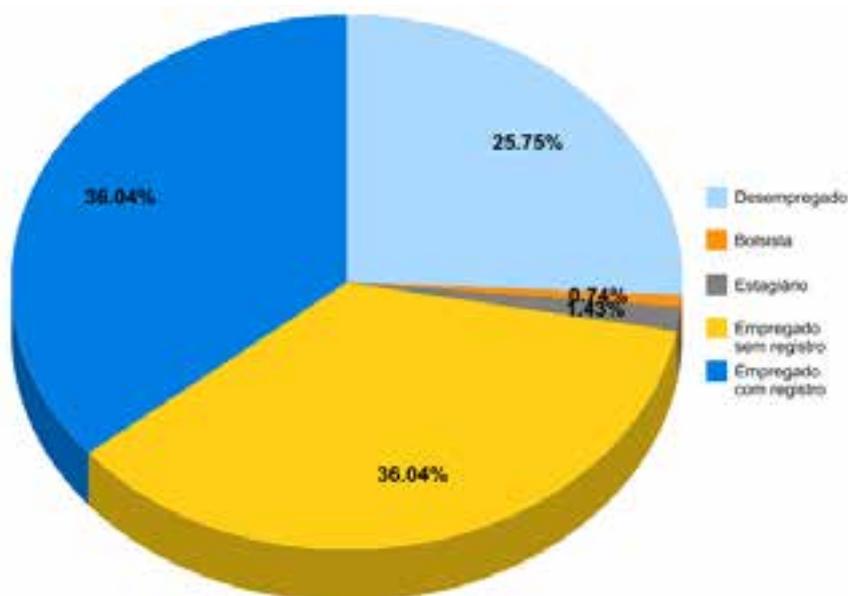


Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Percebe-se que as atividades realizadas pelos jovens em suas respectivas funções, favorecem o desenvolvimento de competências técnicas, no entanto, três dessas competências chamam a atenção, em razão de seu médio e baixo grau de desenvolvimento, conhecimentos sobre materiais de trabalho, que está relacionado à utilização dos equipamentos de escritórios e ambientes de trabalho, como: copiadoras, equipamentos telefônicos, acionamento de alarmes, ret-set, entre outros. A organização de tarefas e planejamentos simples de execução dessas tarefas são pouco utilizadas pelos estagiários nessas empresas, por fim, o uso de computadores, a digitação de textos e a criação de planilhas simples quase não são utilizadas pelos jovens estagiários, alguns deles indicaram que, em parte, suas tarefas consistiam em dar recados, atender ao telefone, outros até mesmo queixaram-se de serem designados para limpeza e servir café, indicando assim falta de conhecimento dos funcionários das empresas sobre a proposta do PPP.

Através do gráfico 4 observa-se a situação profissional destes jovens após sua participação no PPP, como Jovem Estagiário

Gráfico 5 - Situação Profissional do jovem pesquisador depois de sua participação no PPP



Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Nesse caso, acredita-se que algumas ponderações são pertinentes. Em primeiro lugar, 100% (cem por cento) dos jovens pesquisados não exerciam qualquer tipo de atividade profissional antes de sua participação no PPP. Em segundo lugar, ao considerar-se além de emprego registrado, bolsa de pesquisa universitária, estágio e emprego sem registro, o percentual de jovens ocupados chega a 77% (setenta e sete por cento), o que, aparentemente, representa um número bem elevado; no entanto, ao comparar-se esse percentual com dados oficiais divulgados pelo

IBGE em 2013, nota-se que o percentual de jovens estagiários desocupados é bastante elevado e acima da média nacional para jovens entre 16 e 24 anos. A Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2014) aponta que nessa faixa etária a taxa de desocupação em 2013 era de 14,8%. Em pesquisa mais recente, datada de maio de 2015, segundo o IBGE, esta taxa atingiu o percentual de 16,4% (dezesseis vírgula quatro por cento).

Ainda foi indagado aos jovens, que pontos eles consideram negativos e que pontos consideravam positivos no Projeto Primeiro Passo na linha de ação Jovem Estagiário. Dentre os jovens entrevistados, 10 (dez) jovens consideram que não há pontos negativos, ou seja, 45,45%. Enquanto os demais consideraram como pontos negativos:

A participação em empresas públicas dificulta o acesso ao mercado de trabalho, depois do Projeto (Estagiária 1).

Falta uma qualificação melhor para os jovens (Estagiária 2).

Os gestores têm deficiências em treinamento (Estagiário 3).

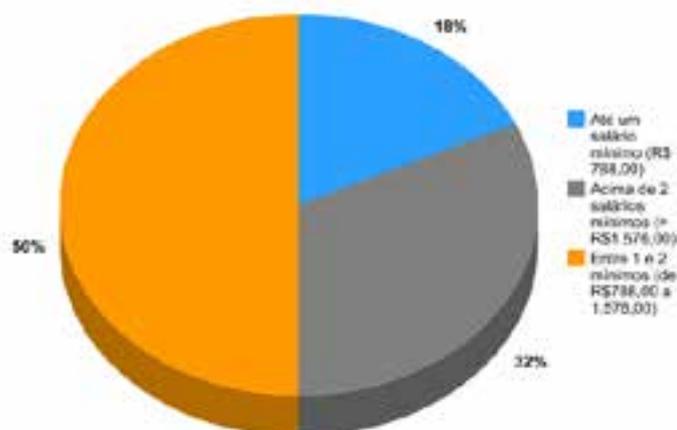
Grosseria no atendimento (Estagiário 4).

Poucas vagas e tempo de espera (Estagiária 10)

Deveria haver uma maior divulgação do Projeto (Estagiário 11)

A pesquisa também identificou a renda familiar desses jovens após sua participação no PPP, conforme gráfico 5:

Gráfico 6 - Renda familiar após participação dos jovens no PPP

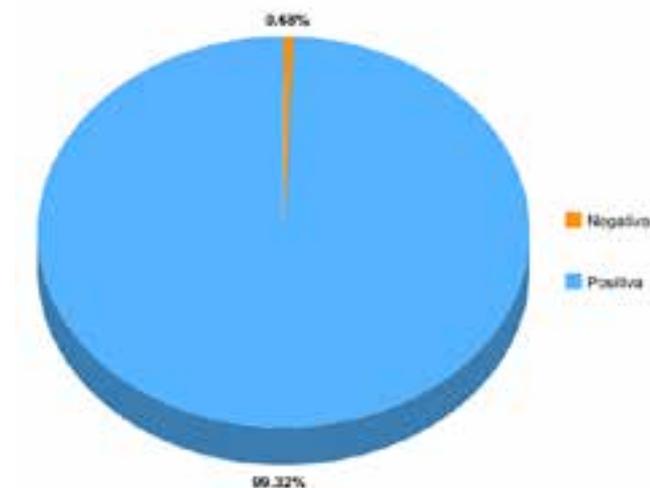


Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Pode-se observar que 18% (dezoito por cento) dos jovens entrevistados vivem em um lar com renda de até 1 (um) salário mínimo. Esse fato pode ser explicado da seguinte forma, dentre os Jovens entrevistados, 3 (três) deles estão desempregados e o quarto jovem trabalha ganhando um salário mínimo, mas vive sozinho. Por outro lado, as famílias com rendas entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos, ou acima disso, em sua maioria, são famílias cujo jovem egresso, atualmente, está trabalhando ou possui uma renda.

A última pergunta que os jovens tiveram que responder foi: “sua participação no Projeto Primeiro Passo, como Jovem Estagiário, foi positiva ou negativa? Por que?” Dentre todos os participantes que responderam a pesquisa no formato de entrevista, somente a Estagiária 10 considerou sua participação negativa e justificou sua resposta com os seguintes argumentos: esperava mais do Projeto; não teve capacitação suficiente (Essa falta de treinamentos e capacitação por parte do projeto, conforme descrito, foi citada por outros jovens também). Ela também entendeu que a bolsa estágio era muito baixa. O gráfico 6 (seis) indica os percentuais dos que consideram sua participação positiva e os que a consideram negativa.

Gráfico 7 - Como os jovens consideram sua participação no PPP



Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Levando-se em consideração as opiniões dos egressos do Programa Primeiro Passo, na linha de ação Jovem Estagiário, que foram colhidas através dessa pesquisa e comparadas com os objetivos e metas do programa, chegou-se às conclusões relatadas a seguir: o Projeto Primeiro Passo, tem prestado relevantes serviços aos jovens que dele são beneficiários. Existe uma demanda bastante superior à oferta de vagas. Conforme afirmam os técnicos e gestores do Projeto, o fato de não existir uma campanha publicitária não atrapalha o preenchimento da vagas ofertadas anualmente.

Para os jovens, o PPP é motivo de esperança para conseguirem sua inserção no mundo do trabalho e uma oportunidade de aprendizado e até mesmo uma significativa mudança de vida, como indicou a Estagiária 5, ao afirmar que sua participação no Projeto é: “importante, senão acabaria no mundo das drogas.”

O que se questiona nesse Projeto é, aparentemente, o seu baixo alcance, de acordo com o Informe nº 57 do IPECE (2013), a população de jovens com idades entre 15 e 29 anos em Fortaleza, em 2010, era de 718.613 pessoas representando 29,3% da população da capital, sendo que, os jovens elegíveis para a linha de ação Jovem Estagiário gira em torno de 50%. Entende-se, então, que o Projeto Primeiro Passo tem, de certa forma, alcançando seus objetivos propostos, para os jovens que dele são beneficiários, no entanto, seu impacto positivo ainda é muito baixo para o conjunto da população da cidade de Fortaleza/CE.

Considerações Finais

As transformações tecnológicas, a alteração do modelo de produção industrial taylorista para um modelo de produção flexível e a crise da economia liberal ocorrida a partir dos anos 1970 e 1990 contribuíram para mudanças no mundo do trabalho, dentre as quais uma das mais relevantes foi a diminuição dos postos de trabalho, principalmente na indústria. Essa redução afetou toda a classe trabalhadora e, de certa forma, aumentou a barreira para a inserção de jovens no mundo do trabalho.

Observou-se, durante essa pesquisa, que o fenômeno do desemprego entre os jovens não é exclusividade do Brasil, nem do Estado do Ceará. Sua abrangência é mundial. como descreve o United Nations Department (2011, p. 15): “Em todas as regiões, jovens são desproporcionalmente afetados pelo desemprego, subemprego, emprego vulnerável e pobreza apesar de trabalho.”

Entre os anos de 1930 a 1980, no Brasil, houve um forte crescimento do emprego formal, inclusive para os jovens, como aponta Pochmann (2007, p. 43): “no período de industrialização nacional, houve uma forte expansão do emprego assalariado, sobretudo com carteira assinada e, nesse contexto, as condições gerais de inserção ativa do jovem no mercado de trabalho eram menos desfavoráveis.”

Conforme observado anteriormente, essas condições favoráveis de emprego começaram a se deteriorar a partir das transformações tecnológicas, da substituição do modelo de produção industrial e da crise estrutural do Capitalismo, ocorrida nas últimas décadas do século XX. A combinação desses fatores afetou os fundamentos da economia brasileira e impôs ao país um período de recessão associada a altas taxas de inflação. Esses fatores afetaram diretamente o mercado de trabalho e o nível de emprego, de maneira geral, e mais diretamente os jovens como aponta Pochmann (2007, p. 43) “A maior parte dos novos problemas do jovem no mercado de trabalho emerge das profundas transformações ocorridas na economia brasileira desde 1990.”

Em meio aquele cenário, Silva (2014) destaca que no último ano do governo FHC, existiam 33 programas federais voltados para a juventude. Entretanto, para essa autora, somente em 2003, com a eleição de um novo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, surgiu uma política nacional de empregos para jovens. Segundo a autora, anteriormente. Aquele programa representava uma tentativa de resgate das condições mais favoráveis para os jovens conseguirem se inserir no mercado de trabalho, o que, aparentemente, não aconteceu naquele instante.

Assim como o Governo Federal, os governos de vários Estados Brasileiros implementaram ações semelhantes. O Estado do Ceará, conforme descrito nesta pesquisa, criou em 2007 o Projeto Primeiro Passo, para atender a jovens entre 16 e 24 anos, oriundos de famílias com renda per capita de até (1/2) meio salário mínimo, estudantes da rede pública de ensino e vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social.

Na ótica destes Egressos, o PPP realiza um trabalho relevante para suas vidas e possível desenvolvimento pessoal e profissional. Observou-se, durante a pesquisa, que 95% (noventa e cinco por cento) dos jovens entrevistados afirmam que sua participação no PPP foi positiva e justificaram essa afirmação indicando que o Projeto valoriza as pessoas e eles se sentiram valorizados e respeitados. Também apontaram a preparação para o mundo do trabalho como um fator importante, eles alegam que passaram a ter conhecimento de programas de informática, utilização de equipamentos no ambiente de trabalho, etiqueta corporativa e relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, desenvolvimento de competências, conforme proposto pelo PPP e, até mesmo, proteção de sua vida e integridade física, quando alguns afirmaram que o Projeto os tirou das ruas. Para aqueles jovens, o PPP tornou-se um diferencial e fator de melhoria em suas vidas.

Dessa forma, conseguiu-se identificar que o Projeto Primeiro Passo tem prestado relevantes serviços, que resultaram em ganhos sociais, para o conjunto dos jovens que dele participam e para seus familiares. Esses ganhos são o resultado de suas ações que despertaram nos jovens sentimentos de esperança e de autoestima, em consequência de maior capacitação e qualificação profissional.

Entretanto, é preciso deixar claro que essa política de primeiro emprego, desenvolvida pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), através do Projeto Primeiro Passo (PPP), requer alguns questionamentos, uma vez que se reconhecem suas fragilidades: trata-se de uma Política Pública de pouca abrangência, tendo em vista o pequeno número de beneficiários em relação à população de Fortaleza Ceará. Conclui-se que esta é uma política que trata do efeito e não da causa, daí porque é imprescindível manter-se esses jovens na escola, pelo menos até a conclusão do ensino médio, garantindo-lhes segurança alimentar e condições dignas de sobrevivência. Por que motivo, então, a adesão de empresas privadas a esse Projeto é baixa? Diante dessa indagação, entende-se a necessidade de dar continuidade a esta pesquisa, em um nível mais elevado.

Notadamente, esta pesquisa não é conclusiva, conforme citado anteriormente, no entanto, pretende-se contribuir com a comunidade acadêmica e estimular novas pesquisas sobre este tema proposto, bem como, para o Projeto Primeiro Passo, para que possa refletir quanto a sua ação e rever possíveis falhas e, assim, manter o aperfeiçoamento constante no trato e no atendimento de jovens carentes e contribuir com a sociedade na busca de seus direitos e cidadania.

Referências

ANDERSON, Pery. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI Pablo. Orgs. **Pós – Neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho Na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo. Cortez: 2011.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. A experiência do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para jovens no âmbito do mercado de trabalho da região metropolitana de Porto alegre. Textos para discussão FEE nº 51 Secretaria do Planejamento e gestão, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 2009.

BRASIL, **Programa primeiro emprego – PNPE. Lei 10.748/2003** alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004 – 2007. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/primeiroemprego.htm> Acesso 05 de abril de 2015.

_____, Lei do Estágio nº 11.788/2008.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos pagu** (17/18) 2001/02: pp.157-196.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão salarial**: uma crônica do salário, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEARÁ/STDS. **Projeto Primeiro Passo**. 2015 - Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/index.php/noticias/40-unidades-setoriais/117-projeto-primeiro-passo> Acesso: 05 de junho de 2015.

FLEURY, SÔNIA. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio, **Educação e Crise do trabalho 11**. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GASPARETTO, Antonio Jr. Estado de bem-estar social. **INFOESCOLA**, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociedade/estado-de-bem-estar-social/>
Acesso 26 de fevereiro de 2016.

GENTILLI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do trabalho**. 11. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991 tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes: the short twenlieth century: 1914-199.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes** ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD), 2013. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/32163/apenas-543-dos-jovens-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos/>
<Acesso, 17 de agosto de 2015.>

IBGE. SIS. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira n. 34. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

IPECE. **Informe nº 57**. Perfil da juventude em Fortaleza: Aspectos socioeconômicos a partir dos dados do Censo 2010. Fortaleza - CE. 2013.

IPECE. Anuário Estatístico do Ceará: 5.2. **Indicadores do Mercado de Trabalho**. Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/Index.htm> <Acesso, 17 de agosto de 2015.>

IFPE, Conceito de Capitalismo. (Apostila de História).Disponível em:<http://www.filoczar.com.br/Conteudo%20educacional/Apostilas/Historia/Capitalismo.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

INFO ESCOLA, **John Maynard Keynes**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/john-maynard-keynes/> Acesso 26 de fevereiro de 2016.

Kon, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. **Revista Economia & Tecnologia** (RET), Vol. 8(2), p. 5-22, Abr/Jun 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro – O processo global da produção capitalis-

ta. v. 4. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Marcelo. Capitalismo: evolução do modo de produção capitalista. Instituto Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/58190630/IFPE-Capitalismo-pdf#scribd> Acesso 26 de fevereiro de 2016.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. e KRAMER, Sonia. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1037-1057, out. 2007 1037 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

NÓBREGA, Antonio Filho. **Inclusão Social e Formação Profissional da Juventude Cearense**: Linhas de Ação, Programas e Projetos. Fortaleza CE. INESP, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas, 2013.

PINHEIRO, Fernando Antônio França Sette Jr. **A evolução das políticas sociais no Brasil**: o período de 1930 a 2010. Artigo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte Nordeste de Minas Gerais do Governo de Minas Gerais (SEDIN). São Paulo, 2012.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2007.

RIBEIRO, Rosana e JULIANO, A. Adir. Desemprego Juvenil e os impactos do Programa Nacional De Estímulo Ao Primeiro Emprego. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.47-76, junho 2005.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Person Education do Brasil, 2001.

SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 13, n. 2, p. 245-254 jul./dez. 2009

SILVA, Liduina Elizabete Angelim Gomes da. Políticas públicas e juventude na sociedade brasileira: Contribuições para o debate. in: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **Estado e políticas sociais**: fundamentos experiências. Fortaleza: IDT/UECE, 2014.

SILVA, Roselani Sodrê da e SILVA, Vini Rabassa da. política nacional de juventude: trajetória e desafios. **CA-DERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

TRINTIN, Jaime Graciano e ROSSONI, Sandra dos Reis M. **Os Anos dourados do Capitalismo**: breve abordagem sobre o crescimento capitalista - 1999. Disponível em: revistas.unipar.br/akropolis/article/download/1759/1528

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem:** um marco para o desenvolvimento. 2ª.ed. Brasília DF. 2010.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World yputh report 2011:** youth employment: youth perspectives on the pursuit of decent work in changing times.[S.1], [20--]. Disponível em: <http://undesadspd.org/WorldYouthReport/2011.aspx> Acesso: 5 de maio de 2015.